



AS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA: AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALTAMIRA - PA

Leonelson Dias da Silva ¹
Prof. Dr. Leonardo Pinto dos Santos ²

RESUMO

Refletir sobre a educação é compreender seu papel na formação de sujeitos críticos e transformadores da realidade. Este estudo analisa a importância da valorização das histórias de vida de professores negros de Geografia no contexto das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que inserem a temática étnico-racial no currículo escolar. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e reflexiva, considerando as experiências docentes como elemento constitutivo da prática pedagógica e do fortalecimento da identidade profissional. Observa-se que o reconhecimento das trajetórias pessoais desses educadores contribui para práticas mais inclusivas, capazes de desconstruir estereótipos e promover o respeito à diversidade. As análises apontam que a formação docente, quando alinhada à valorização da cultura afro-brasileira e indígena, favorece o desenvolvimento de uma educação plural, crítica e representativa. Assim, a inserção efetiva das leis nos currículos e na formação dos professores constitui um caminho essencial para uma escola mais justa e democrática.

Palavras-chave: Educação, Diversidade étnico-racial, Formação docente, Geografia, Inclusão.

ABSTRACT

Reflecting on education means understanding its role in shaping critical individuals capable of transforming reality. This study analyzes the importance of valuing the life stories of Black Geography teachers within the context of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008, which integrate ethnic-racial themes into the school curriculum. The research adopts a qualitative and reflective approach, considering teaching experiences as a key element in pedagogical practice and professional identity. Findings indicate that recognizing the personal trajectories of these educators fosters more inclusive practices that deconstruct stereotypes and promote respect for diversity. The analysis suggests that teacher education aligned with the appreciation of Afro-Brazilian and Indigenous cultures supports the development of a plural, critical, and representative education. Therefore, the effective integration of these laws into curricula and teacher training is essential for building a fairer and more democratic school environment.

Keywords: Education, Ethnic-racial diversity, Teacher education, Geography, Inclusion.

¹ Graduando do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Campus Altamira - PA, leonelson.dias1985@gmail.com.

² Prof. Dr. Leonardo Pinto dos Santos - Orientador: Doutor em Geografia, Universidade Federal do Pará, Campus Altamira - PA leonardosantos@ufpa.br.



INTRODUÇÃO

Refletir sobre a educação é reconhecer seu papel na formação de sujeitos críticos e transformadores. O professor, como mediador, deve ir além da transmissão de conteúdos, aproximando o ensino das vivências dos alunos e promovendo autonomia e pertencimento. Para isso, é preciso investir em políticas educativas eficazes, formação continuada e currículos que valorizem a diversidade. No ensino de Geografia, a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é essencial para combater o racismo e promover práticas pedagógicas inclusivas. A escola, apesar de seu histórico excludente, pode ser um espaço de transformação e justiça social. Valorizar as vivências de professores negros(as) de Geografia fortalece uma educação representativa, e integrar essas experiências ao currículo é fundamental para refletir a diversidade e enriquecer o processo formativo.

A formação de professores e professoras negros e negras deve incluir uma análise crítica das leis e diretrizes que orientam a educação, promovendo reflexões sobre sua aplicação prática nas escolas. Com isso, Santos (2013, p. 23) destaca a seriedade desse assunto, enfatizando que todo descendente afro precisa de um espaço que reconheça sua identidade e o papel que esse indivíduo desempenha na história brasileira. Essa é a importância da Lei 10.639/2003, ampliada posteriormente pela Lei 11.645/2008, que possibilita o reposicionamento do negro no mundo da Educação. Essas legislações não apenas promovem a inclusão da história e cultura afrobrasileira nos currículos escolares, mas também contribuem para a construção de um ambiente educacional mais justo e representativo, onde todos os alunos possam se ver refletidos e valorizados.

A valorização da História de Vida de professores negros de Geografia, aliada a uma formação docente conforme as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, fortalece o desenvolvimento dos alunos e promove uma escola mais justa e inclusiva. Souza (2016, p. 05) destaca que, embora a escola socialize o conhecimento, ainda reproduz estereótipos negativos sobre a população negra, mas também pode ser um espaço de superação dessas representações. A Geografia, ao abordar as relações étnico-raciais, contribui para desconstruir esses estereótipos e formar estudantes críticos e respeitosos. Este estudo propõe refletir sobre como as histórias de vida dos professores negros de Geografia influenciam sua prática pedagógica, analisando a interseção entre suas experiências pessoais e as diretrizes legais que promovem a inclusão de temas étnico-raciais no currículo escolar.



Diante das ações discriminatórias no ambiente escolar, busca-se uma articulação para fortalecer o material didático a ser refletido em sala de aula, como uma possibilidade de alcançar todas as direções do aprendizado. Além disso, a utilização de materiais didáticos que abordem a diversidade étnico-racial é crucial para fortalecer essa valorização. Esses recursos permitem que os professores explorem temas relevantes, estimulando discussões que favorecem o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos e a compreensão das complexidades culturais presentes na sociedade. Ao integrar esses materiais nos componentes curriculares, os educadores contribuem para a formação de uma consciência mais crítica e inclusiva, essencial para a formação integral dos estudantes. Segundo Silva (2005, p. 21), a utilização de materiais didáticos é uma estratégia pedagógica oportuna na construção do pensamento crítico dos alunos. Assim, é fundamental manter o respeito pelas articulações reflexivas no espaço escolar, especialmente em sala de aula. É necessário investir em materiais pedagógicos, como livros que fundamentem a diversidade étnico-racial, de modo que esses conhecimentos sejam integrados nos componentes curriculares envolvidos no processo de aprendizado escolar.

A valorização da história de vida de professores e professoras negros(as) de Geografia, aliada ao uso de materiais didáticos adequados, fortalece uma educação inclusiva e transformadora. À luz das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, essa valorização promove o reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas e amplia a diversidade no ambiente escolar. A formação docente deve integrar as vivências desses educadores, refletindo criticamente sobre a aplicação das leis e sua prática nas escolas. No caso da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Altamira, é essencial manter um acompanhamento sistemático da implementação dessas políticas, garantindo tanto o tratamento adequado dos conteúdos quanto o suporte necessário aos professores para trabalharem esses temas de forma contextualizada e significativa.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo compreender de que maneira a História de Vida na formação do professor de Geografia influencia sua práxis docente, considerando as diretrizes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a abordagem das questões étnico-raciais no currículo escolar. Para alcançar esse propósito, busca-se analisar a metodologia das Histórias de Vida de professores e professoras negros(as) de Geografia no processo de formação e (auto)formação docente, compreendendo como essas trajetórias contribuem para a construção de práticas pedagógicas críticas e reflexivas. Além disso, pretende-se investigar como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são efetivamente



implementadas nas escolas públicas de Altamira, identificando avanços, desafios e perspectivas. Por fim, almeja-se produzir um material de apoio voltado a docentes e futuros professores, que contribua para o processo de ensino e para a formação de novos educadores, utilizando referenciais dos Estudos Amazônicos e reforçando a importância das referidas leis na promoção dos debates étnico-raciais no contexto escolar.

METODOLOGIA

A Geografia, por estudar as relações entre sociedade e natureza, é um componente curricular estratégico para abordar a diversidade étnico-racial. Conforme a BNCC, ela favorece a compreensão das dinâmicas sociais e espaciais, considerando identidades e culturas. O conceito de lugar é central, pois envolve significados e vivências culturais atribuídas aos espaços. A pesquisa tem como objetivo analisar a implementação da Lei 10.639/2003, voltada ao ensino da história e cultura afro-brasileira, e da Lei 11.645/2008, que inclui a temática indígena, no currículo escolar. Busca-se compreender como essas leis contribuem para a inclusão do negro na educação. A investigação utilizará o método (auto)biográfico, valorizando as experiências de vida dos docentes, com foco em professores de Geografia. Essa abordagem qualitativa permitirá analisar o impacto dessas políticas na formação dos alunos e no reconhecimento da identidade negra no ambiente escolar.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, estruturada em três ferramentas metodológicas que visam analisar a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no contexto educacional. A primeira é a análise documental, voltada à investigação de documentos escolares e curriculares, com o intuito de identificar como essas legislações têm sido incorporadas às práticas pedagógicas, especialmente na valorização da história e cultura afrobrasileira. A segunda ferramenta envolve a produção de narrativas (auto)biográficas por meio de entrevistas com professores e professoras negras de Geografia, cujas histórias de vida permitirão compreender como suas identidades influenciam a prática docente e a inserção de conteúdos étnico-raciais no currículo. Por fim, a compreensão cênica será utilizada para interpretar as falas dos entrevistados, analisando as categorias emergentes a fim de avaliar como os docentes articulam as questões étnico-raciais em sala de aula e os desafios enfrentados na construção de uma educação mais justa, plural e inclusiva.



Esta pesquisa destaca a importância dos professores negros no ensino de Geografia, reconhecendo como suas trajetórias étnico-raciais influenciam suas práticas pedagógicas. A valorização da História de Vida desses educadores, por meio do método (auto)biográfico, oferece uma compreensão mais profunda de suas atuações, levando em conta tanto sua formação acadêmica quanto suas vivências pessoais. Esse enfoque destaca seu papel transformador na construção de uma educação inclusiva e crítica. Segundo Bueno (2002), a História de Vida do professor é essencial para entender sua contribuição como agente de mudança, especialmente na valorização da identidade negra no currículo de Geografia. A prática da pesquisa deve vincular as relações teóricas aos relatos de professores negros de Geografia, dando sentido ao tema proposto. A análise será conduzida com base nos objetivos da pesquisa, identificando a quantidade de docentes negros nesse componente para realizar os contatos necessários. As narrativas serão produzidas com perguntas abertas, com o pesquisador atuando como ouvinte para captar informações essenciais. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, organizadas conforme categorias e eixos definidos no método.

REFERENCIAL TEÓRICO

A condição social do negro e da negra na sociedade brasileira

Diante do contexto histórico em que o avanço mundial expande o seu fortalecimento social, sua liberdade étnico-racial e a expansão dos direitos civis, percebe-se que não há dúvidas no tamanho do legado que as culturas africanas deixaram para a formação da cultura brasileira e, principalmente, na ênfase ao valor da sua força no trabalho como sendo precursora para o desenvolvimento do país (Dezidério, 2015).

Guimarães (2004, p. 24) destaca que, com o fortalecimento das ideias de expansão e liberdade do povo brasileiro, surgiu o racismo como resultado das transformações políticas que acompanharam a abolição da escravidão. A proposta de construir um país mais igualitário e consciente contrastava com a realidade, em que a elite erudita se preocupava mais com as desigualdades regionais marcadas pela decadência do açúcar e o crescimento do café do que com a efetiva igualdade social. Essa disparidade fez com que o debate sobre o racismo ganhasse dimensão regional, evidenciando interesses particulares que se opunham aos avanços de uma sociedade realmente justa. Entre as décadas de 1950 e 1970, os estudos buscavam desmistificar o crescimento do preconceito étnico-racial e compreender a transição de uma sociedade



tradicional para a moderna, revelando que, apesar dos discursos de superação, o racismo permanece presente nas entrelinhas da realidade social.

Considerando as variadas interferências que delinearam o arcabouço do processo democrático étnico-racial e suas intervenções socioeducativa Munanga (2005, p. 15) explica que o processo de escolarização, o sistema de formação do cidadão e a metodologia utilizada com os educadores é que corrobora com a dificuldade ao lidar com a diversidade e ocorrências que surgem no dia a dia do profissional e do civil. A situação em questão é que todo despreparo social se reflete na consideração do objetivo de uma democracia racial que se submeta ao futuro de forma responsável por uma sociedade mais igualitária. Isso é reflexo de uma sociedade construída com base no pressuposto de uma educação “eurocêntrica que se baseia em ideologias de uma sociedade pautada na regra do preconceito.

Quando se trata dos conceitos raciais e o que levou esse avanço da desigualdade social no Brasil, percebe-se que os direitos de muitas pessoas foram retidos, principalmente no que se diz respeito a escravidão, que por volta dos séculos XVI e XIX, muitos africanos perderam suas vidas através da fome, doenças e muitas outras privações. Com isso, a sua cultura foi desrespeitada e a sua liberdade privada, destaca Almeida (2017a).

Partindo do conceito de que a sociedade brasileira se construiu por um histórico de colonização escravocrata determinado por um pensamento eurocêntrico, identifica-se um travamento em todo o seu crescimento social, moral e principalmente intelectual. Munanga (2005, p. 15) destaca que quando se diz respeito ao que se tem como ferramenta nas formações intelectuais como: materiais didáticos, visuais e audiovisuais “carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental”.

Almeida (2017a) destaca que o preconceito ainda associa a imagem do negro à violência, à fome e a condições sub-humanas, visão que também se reproduz nos materiais e práticas escolares, inclusive em História e Geografia. Nesse contexto, a Educação Geográfica tem papel fundamental ao ampliar a visão de mundo dos alunos e promover uma reflexão crítica sobre as relações humanas e espaciais. Mais que transmitir informações, ela estimula o pensamento crítico e o engajamento social, permitindo que os estudantes compreendam as dinâmicas que moldam o espaço e se tornem sujeitos ativos e conscientes na transformação da realidade.



Essa ideia se conecta com o relato de Andrade (2005), que descreve sua experiência ao ouvir líderes das Comunidades Negras nos campos rurais. Ao escutar suas histórias, ele percebeu um sentimento profundo de anonimato e desconexão com o passado, revelando uma falta de memória e identidade. Os líderes dessa comunidade expressam um vazio, uma sensação de que não há uma ponte que os ligue à sua história, o que resulta em uma perda de pertencimento e de compreensão sobre suas raízes.

A Educação Geográfica desempenha um papel essencial na superação do vazio de identidade e memória, especialmente entre comunidades marginalizadas, ao possibilitar que os alunos se reconectem com sua história e cultura. Ao compreender o espaço e suas transformações, os estudantes fortalecem sua identidade, constroem uma memória coletiva e ampliam sua visão de mundo. Munanga (2005) ressalta que os preconceitos presentes na sociedade também aparecem no ambiente escolar e que muitos professores, por falta de preparo ou por preconceitos internalizados, deixam de transformar essas situações em momentos de reflexão. Enfrentar tais desafios é fundamental para promover uma consciência crítica e valorizar a diversidade como elemento de enriquecimento humano e cultural.

Com o propósito de ampliar o conceito intelectual de uma sociedade mais democrática sem aspirações pessoais ou governamentais Andrade (2005, p. 122) mostra a importância de uma interação a leitura e a reconstrução de uma identidade reconhecida pela sua força e conquista intelectual. Com isso, mostra que é necessário um facilitador nessa movimentação do conhecimento de forma que a discussão seja reflexiva e que a “[...] pessoa tem que ser ou estar livre dos estereótipos arraigados na sociedade brasileira e que corroem como metástase o corpo da sua diversidade racial.”

Callai (2020, p. 4) destaca sobre a importância de se observar o quanto a cidade e as pessoas estão ligadas mutuamente. Sendo assim, o olhar especial quanto ao território e sua singularidade está marcada pela história, na vida de cada indivíduo, tendo como aspecto principal as lutas sociais e sua capacidade de se movimentarem entre os lugares, com base aos interesses inerentes a cada pessoa. “A leitura do lugar, o reconhecimento do que existe, é um dos passos para a compreensão da realidade.”

Com o objetivo de promover um pensamento mais reflexivo e inclusivo sobre os princípios étnico-raciais, longe das perspectivas etnocêntrica e eurocêntrica, o Brasil tem implementado diversas políticas sociais que buscam valorizar as diferentes culturas e histórias presentes no país, com destaque para a educação. Nesse contexto, Milan e Soerensen (2011)



ressaltam a importância da Lei Federal nº 10.639/2003, sancionada em 2003, que tornou obrigatória a inclusão da história africana e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Essa lei representa um marco na educação brasileira, permitindo que as instituições de ensino desempenhem um papel fundamental na promoção da diversidade cultural e na valorização das raízes afro-brasileiras, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente de sua rica herança histórica e cultural.

Milan e Soerensen (2011) pontuam a descrição do tema que se compreende as relações raciais e que oportuniza a uma suposta predominância da raça branca “sem que haja questionamentos desse problema por parte dos profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais em relação ao grupo negro.” Sem que haja essa reflexão por parte dos profissionais da educação as diferenças são potencializadas com os padrões desenvolvido por cada indivíduo em relação ao outro. Concernente a esse problema, se faz necessário desenvolver ações nas escolas que venham reflexionar o pensamento tanto dos educadores como dos alunos e isso está intimamente relacionado à uma proposta pedagógica que potencialize a igualdade social.

Ferreira (2006) salienta que dentro da sala de aula é necessário que seja dado ao aluno a condição de expor seu pensamento e que esse seja direcionado a uma reflexão que esteja sensibilizada por um pensamento que vise a liberdade para todos, sem preconceitos e sem valores pessoais. No contexto da igualdade e diversidade racial, é defendida a implementação legislativa com objetivo do fortalecimento do tema da inclusão étnico-racial nas instituições de ensino de maneira que seja não mais etnocêntrico e sim arregimentado pelo pensamento crítico, social e democrático.

Diante do cenário de mudança social e reflexões quanto às questões da diversidade étnico racial, a Lei 10.639/03 vem fortalecer esse processo, ampliando as possibilidades de debates em todos os níveis sociais. As instituições formadoras de grandes opiniões, como as escolas de ensino superior, que tiveram alterações em suas grades curriculares e em suas políticas, possibilitando não somente a transformações no processo de formação dos professores como também em todo processo político pedagógico institucional, salienta Almeida (2017a).

Sendo assim, Silva et al. (2020, p. 3) reforça que diante da busca da reflexão e dos aspectos importantes para uma transformação adequada do indivíduo, o Espaço Geográfico é o meio em que essa ação pode ocorrer. Portanto, a Geografia torna um dos instrumentos mais



sensíveis para dialogar entre a formação e a promulgação de temáticas essenciais, dentre elas a questão da diversidade étnico-racial nesse processo de formação da história brasileira e a sua importância para a reflexão de igualdade social.

Quanto a sensibilização dos pesquisadores da Geografia, tem-se pensado muito quanto ao uso das estratégias na aplicação do conteúdo cartográfico a fim de que as crianças sejam beneficiadas com um aprendizado que os leve a uma reflexão principalmente no âmbito histórico social em que vivem. Sendo assim, ao se tratar da cartografia, Almeida (2017r) apresenta uma Comissão de Cartografia e Criança, criada pela Associação Cartográfica Internacional, em 1995, com o propósito de aproximar a criança aos mapas e que compreendam as movimentações sociais visando a observação da sua própria história nesses mapas cartográficos.

As políticas públicas e a questão étnico-racial no Brasil

O Brasil tem uma história marcada pelo sofrimento dos povos originários e afrodescendentes, que, mesmo explorados, foram fundamentais para o desenvolvimento do país. É essencial resgatar essa trajetória para reconhecer sua importância e refletir sobre a negligência histórica que sofreram. Nascimento (2019) relembra que, desde o século XVI, africanos desterritorializados buscaram preservar sua cultura e identidade, fugindo da escravidão e formando comunidades livres, como o Quilombo dos Palmares, nos atuais estados de Alagoas e Pernambuco. Esses “rebeldes africanos” chegaram a formar um modelo próprio de governo e resistência, enquanto, em Angola, outros povos lutavam contra as invasões portuguesas, reafirmando a longa e constante luta pela liberdade.

Sabe-se que os colonizadores tentaram ocultar a luta dos africanos e negros por liberdade, apagando sua resistência contra a opressão e o racismo. No Brasil, essa repressão cultural persiste, buscando enfraquecer a força física, moral e espiritual de um povo essencial à formação do país. Nascimento (2019, p. 70) ressalta que, devido às condições socioeconômicas, os negros permanecem nos níveis mais baixos da escala social, com poucas oportunidades de educação. Mesmo desterritorializados, continuam lutando por liberdade cultural, linguística e social, uma luta que só existe pela ausência de igualdade, marcada por mártires que sacrificaram suas vidas em busca de um futuro mais justo.



A percepção histórica da trajetória do negro e da negra é vista como uma construção de um legado cultural e social, permitindo que a cultura não se perca diante das batalhas hegemônicas que vem contra a emancipação do negro e da negra como povo que merece aplausos e louros. Sendo assim, por volta do século XV para o XVI, é visto a maior ideia de segregação, quando se denomina a o projeto de denominação do ser em “raça”, logo isso é visto por toda a população mundial como parte da dominação colonial europeia. Com isso, se percebe que a ideia do “racismo” não se trata somente de uma única manifestação de poder no cotidiano do indivíduo negro, porém é considerado a sua ênfase mais alicerçada para esse foco. Logo, esse é um ponto que mais é levado em consideração a fim de que haja batalhas em favor da liberdade cultural afro. Pode-se notar que por volta do século XIX o racismo foi elencado nas propostas ideológicas apenas nos meios científicos, isso levou tão profundamente discutido que surge então o tão famoso Nazismo, ideia da soberania ariana, conforme Quijano (2013).

Sendo assim, se faz necessário lembrar que o Brasil estava passando por um processo de formalidade do poder, pois após o colonialismo, passa a se fazer o racismo de forma diferente, Santos e Correa (2013, p. 120) diz que “nas últimas décadas antes de 1888, data oficial da abolição da escravatura, bem como nas décadas seguintes, o Brasil experimentou um projeto de branqueamento da população a exemplo de outros países nas Américas.” Este projeto trouxe ao Brasil a proposta de hierarquizar as raças, possibilitando o branco ser superior ao negro nas esferas salariais, qualificação, hierarquia profissional e dentre outros, tornando assim visível esse processo cruel de liberdade subjugada pela segregação.

O processo de emancipação do negro e da negra, referente a sua liberdade cultural e de expressão social, tem sido atualmente foco de muito estudos e reflexões por muitos estudiosos trazendo literaturas que fortalecem ainda mais essa emancipação, mesmo diante das leis que, de maneira tímida, já amparam os direitos desse povo que deu a sua vida pelo desenvolvimento desse país tão rico e esplendoroso. Por isso, Gomes, Silva e Brito (2021) remetem esse processo reflexivo e as políticas que protegem o povo africano e sua emancipação, a uma batalha considerável, forte e sanguinária e que se não fosse pela força do negro e da negra seria impossível que houvesse hoje essa liberdade pelo menos para expressar ainda mais os direitos pela liberdade completa do ser afro-cultural e suas expressões. Portanto todo esse processo de movimento social, possibilitou e fortaleceu a criação de ações com bases afirmativas de uma possível promoção de igualdade racial.

Gomes, Silva e Brito (2021), destacam e consideram que as ações sociais do Movimento Negro do Estado brasileiro juntamente com as sociedades de políticas específicas em combate



ao racismo e a desigualdade social, tem sido alinhando fortemente para as formulações de políticas que pressionem o poder público com propósito de reconhecimento dessas ações a fim de que haja consideração, reconhecimento e respeito por parte do Estado, para os afrodescendente, de forma que o capital social do Estado seja distribuído de forma igualitária para esse público social.

Em consonância com toda essa movimentação social, buscando pela liberdade, os povos de origem africana, tem lutado sempre para que sua história não se perca em detrimento de homens com pensamentos eurocêntricos, em busca de uma democratização racial, não implemente a hegemonia ariana europeia nas propostas de igualdade racial. Sendo assim, houve a necessidade de políticas públicas que dessem amparo, defesa com foco da democratização que desse obrigassem o respeito e da valorização da cultura africana e que hoje estão em grande parte do sangue brasileiro. Segundo Gomes e Rodrigues (2018) entendem que essa forma de pensar que se faz necessário um pensamento no campo da epistemologia a fim de se destacar sempre a influência do capitalismo, as relações de poder envolvidas, quais sujeitos estão alinhados nesse processo de poder, nunca permitir que a história se perca e como as políticas estão inseridas nesse processo de fortalecimento do afrodescendente não mais como povo indivisível nem ausentes no meio social em que estejam inseridos.

Geografias Negras e a Formação dos Professores: um caminho possível para Altamira/PA

Para iniciarmos esse capítulo, se faz necessário uma contextualização das perspectivas inerentes ao avanço dos movimentos sociais em busca de maneiras de conter o processo discriminatório existente no Brasil. Esse processo se intensifica em meados do século XX, fortalecendo a proposta de uma sociedade mais inclusiva, que, já em um âmbito mundial, ganha cada vez mais força. Nesse contexto, o questionamento contra a segregação racial se amplia, principalmente nos espaços escolares, onde se começam a desenvolver estratégias metodológicas no ensino com o objetivo de construir um plano diferenciado e direcionado, no qual a presença do aluno se torna essencial.

Com o avanço dessa fase significativa, em que a percepção da segregação, especialmente no contexto racial, se intensifica, o ensino de Geografia passa por inúmeras modificações ao longo do tempo. Essas mudanças tornam seu papel mais relevante e contextualizado, tanto para o aluno quanto para o meio social em que o ensino é aplicado,



através do ambiente escolar. Diante disso, é importante destacar que os questionamentos sobre o ensino de Geografia e o conceito de lugar devem ser compreendidos e analisados por meio de métodos pedagógicos e didáticos que fortaleçam a aproximação do docente à realidade do discente, tornando os conceitos mais inclusivos e enriquecedores no processo de ensino e aprendizagem (Junior e Martins 2017, p. 131). Corroborando com esse pensamento, apresenta-se uma contextualização sobre o surgimento dessas modificações nos processos e métodos inclusivos nas práticas docentes.

Segundo Santos (2013, p. 2r), o final do século XX marcou um período de grande diversificação teórica e epistemológica na Geografia, impulsionado pela emergência da Geografia Crítica no Brasil, movimento fortalecido pelo encontro da Associação de Geógrafos Brasileiros em 1978 e pelo retorno de geógrafos exilados, como Milton Santos. Embora inicialmente influenciada pela vertente marxista, essa fase abriu espaço para uma pluralidade de enfoques e temas na Geografia brasileira. O autor também observa que a luta contra a segregação e pela inclusão no ensino faz parte de um movimento social global, ainda condicionado por uma hegemonia eurocêntrica, conservadora e socialmente desigual.

As transformações nos processos políticos, culturais e econômicos, impulsionadas pelo capitalismo, pela globalização e pelo neoliberalismo, têm proporcionado mudanças significativas no campo educacional. Essas transformações criam possibilidades para os professores de Geografia, oferecendo novos direcionamentos para suas práticas pedagógicas. Esse novo cenário no ambiente educacional permite que o professor, especialmente o de Geografia, busque fundamentar seu ensino nas bases da ciência, adotando práticas mais inovadoras e estratégias de ensino mais contextualizadas. Com esse movimento de renovação no ensino, o conceito de Lugar tem recebido uma atenção especial. A partir dessa nova perspectiva, é possível repensar a forma como o espaço geográfico é compreendido, considerando suas especificidades e temporalidade. Isso implica uma abordagem mais integrada entre a estrutura do ensino, a metodologia adotada e o contexto educacional, como destacam Júnior e Martins (2017). Assim, o ensino de Geografia se torna mais dinâmico, permitindo que os alunos compreendam o espaço geográfico de maneira mais profunda, considerando sua realidade e evolução.

O conceito de Lugar está diretamente relacionado ao posicionamento local ou regional, e, conforme a compreensão de Carlos (2007, p. 20), refere-se a uma parte do espaço geográfico onde a vida se manifesta. Nesse espaço, as atividades diárias essenciais à sobrevivência e à reprodução da vida acontecem. O Lugar, portanto, pode ser entendido como a tríade habitante-



identidade-lugar, que destaca a interdependência entre os indivíduos, sua identidade e o espaço em que vivem.

Segundo Moreira (2007), o conceito de Lugar permite analisar o espaço escolar como um ambiente que contribui para a construção de memórias e percepções dos alunos. Nesse contexto, o docente desempenha um papel fundamental ao ampliar a compreensão dos estudantes sobre o mundo, destacando que o lugar em que vivemos não está isolado, mas se conecta a diversos outros lugares e ao restante do mundo. Para a Geografia, o conceito de Lugar está diretamente relacionado ao sentimento de pertencimento e à maneira como vivemos, aos traços e características do ambiente, e às conexões que estabelecemos com as realidades ao nosso redor. O lugar é marcado no espaço pela vivência e experiência do sujeito, sendo entendido como um ponto de referência no espaço, impregnado de um sentimento de pertencimento e de experiências. Em outras palavras, ele se associa ao espaço vivido, o que nos permite compreender o espaço geográfico de maneira mais profunda.

Ao analisar a necessidade de conectar o conceito de Lugar com as transformações exigidas pela globalização, é essencial considerar como o professor de Geografia precisa estar preparado para se envolver nesse processo de construção dos conceitos gerais e específicos dessa ciência. Isso é especialmente importante quando se percebe que as memórias vividas nesse lugar não podem ser perdidas. As conexões entre a Ciência Geográfica e o ambiente vivido precisam fazer sentido para o receptor dessa informação, tornando a aprendizagem mais significativa e integrada à realidade do aluno. Para que essa ideia seja plenamente compreendida, Callai (2012, p. 71) sintetiza que, na Literatura Geográfica, o conceito de Lugar se manifesta de diversas maneiras. Estudar o Lugar é fundamental, pois, embora o mundo seja globalizado, as experiências da vida e as relações sociais se concretizam em lugares específicos. A compreensão da realidade do mundo atual, portanto, só é possível a partir dos novos significados que a dimensão do espaço local assume, conectando o global ao cotidiano local.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia confirmam que o conceito de Lugar destaca as maneiras pelas quais as pessoas representam e percebem os valores das coisas ao seu redor, influenciando como elas enxergam e criam a paisagem e o espaço geográfico. A comunicação entre os seres humanos ocorre, portanto, por meio da percepção clara do conceito de lugar, permitindo que todos os envolvidos nesse processo de transformação – seja o protagonista, o receptor da mensagem, docente ou discente – não vejam o conceito de lugar apenas como um nome no mapa ou um ponto no espaço. O objetivo é que o conceito tenha



significados profundos para a vida do sujeito, conectando-se ao seu cotidiano e servindo de balizador para sua formação como um cidadão mais completo (Brasil, 1998).

Castellar (2000, p. 29) destaca que “toda informação fornecida pelo lugar ou grupo social no qual o aluno vive é altamente instigadora de novas descobertas”, ressaltando o papel essencial do professor de Geografia na mediação entre o conhecimento e a vida cotidiana do aluno. Essa mediação torna o ensino mais relevante e conectado ao contexto vivido. O conceito de Lugar, central nesta pesquisa, representa o espaço onde nos construímos como indivíduos, carregando em nossa identidade as marcas dos ambientes que ocupamos e ajudamos a formar. As vivências nesses lugares moldam nossa percepção de mundo e nossa forma de ensinar, especialmente quando atravessadas por dimensões de raça e gênero, que influenciam a trajetória e a prática docente de professores negros. Assim, as marcas do lugar, do gênero e da negritude fortalecem um ensino de Geografia que vai além do conteúdo, unindo ciência e experiência pessoal. Como afirma Callai (2012, p. 72), o aprendizado se torna verdadeiramente significativo quando se ancora nas vivências e afetos de cada indivíduo.

A Geografia e a Diversidade, Espaço e as relações étnico-raciais na práxis docente no ambiente escolar: “Lugar”

O século XIX ainda é um marco na sociedade brasileira como tendo ainda um processo escravista e do domínio patriarcado, por mais que para muito esse cenário se dava pela abolição da escravidão do afro, porém a sua libertação estava condicionada a um trabalho duro para a conquista do seu sustento, sua liberdade não estava em divisão de terras e valorização da sua integridade moral, pois o império patriarcal europeu que ainda estava sob domínio desse monopólio do capital, tornando o livre-escravo em escravo dentro da sua própria liberdade. Porém, o século XX traz consigo a formação de novas ideias, construções de novos estudos e a sistematização das ciências no Brasil, mas ainda sob os conceitos e modelos europeus. Diante desse cenário, a Geografia mantinha o seu papel científico como foco no estudo da natureza, porém já tendo os novos olhares voltados para as questões sociais, mesmo tendo a influência, ainda, dos geógrafos estrangeiros. Destaca-se que nesse período a Geografia brasileira recebe muita influência francesa trazendo consigo a neutralidade e a objetividade, assim como outras ciências. As comprovações dos dados das pesquisas, especialmente nos âmbitos sociais eram muito restritos, pois as dinâmicas sociais existentes naquela época impossibilitavam que os



pesquisadores tivessem garantiam nas informações coletadas, por isso eram descartados para a Geografia, aborda Guimarães (2020g).

Nessa perspectiva da história, nesse período do século XX, vinha se desenrolando a idealização democratização racial, num aspecto da hegemonia social, porém como já citado, os dados eram restritos, tudo muito sigiloso, a ideia era realmente apagar um passado triste contra a sociedade escravizada e apresentar ao mundo uma sociedade brasileira com característica eurocêntrica democratizada. Porém, em contrapartida o Movimento Negro vinha se fortalecendo em busca de colocar em xeque essa visão em combate a força do racismo e a segregação social que ainda existia nesse período. Sendo assim, essa passa a se tornar a força que visa crescer nos debates políticos, sociais, tornando assim ações afirmativas em busca de valorização e respeito a cultura afro-brasileira e tudo aquilo que foi construído por eles no Brasil e por tudo aquilo que foi retirado de direito, aponta Santos (2018r).

É importante reconhecer o crescimento do movimento que luta não apenas por democratização social ou racial, mas pela liberdade de expressão cultural e pelo direito de cada indivíduo ser protagonista de sua própria história. Dalbem (2018, p. 150) destaca que, por muito tempo, a Geografia escolar foi tratada de forma mecanizada, voltada à memorização e à homogeneização social, deixando de lado as transformações culturais e sociais do mundo. O ambiente escolar, repleto de conflitos e carente de contextualização, refletia essa limitação. Nesse contexto, o Movimento Negro impulsionou mudanças significativas nos currículos, fortalecendo disciplinas como Geografia e História e valorizando o protagonismo do estudante. A aprovação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 consolidou esse avanço, promovendo uma nova percepção sobre a cultura brasileira e seus protagonistas.

Com isso, Callai (2012, p. 79 e 80) destaca que o aprendizado em Geografia é um processo de transformação que desenvolve no aluno um pensamento reflexivo sobre sua própria vida e realidade. Ao confrontar diferentes saberes, o estudante adquire uma “consciência espacial”, compreendendo os fenômenos e relações sociais que o cercam. Nesse sentido, o ensino de Geografia deve funcionar como uma ponte entre o conhecimento e o sujeito, conectando o conceito de lugar às experiências vividas, reais ou virtuais, despertando habilidades cognitivas essenciais para a construção da identidade individual e social. Para isso, como apontam Junior e Martins Junior e Martins (2017, p. 134), é fundamental que o professor se adapte às novas práticas pedagógicas, tornando o ensino da Geografia mais contextualizado e significativo para a formação do aluno.



Santos (2013 p. 25r) destaca que o ensino de Geografia deve ir além do aspecto científico, contribuindo para a formação humana e ajudando o aluno a compreender seu papel social no espaço em que vive. A formação docente, por sua vez, ultrapassa o domínio técnico: é moldada por experiências familiares, culturais e escolares que definem quem o professor se torna. Nesse processo, a educação tem papel essencial ao desenvolver o olhar crítico e a capacidade de lidar com os desafios do mundo capitalista. Callai (2012, p. 86) reforça que o grande desafio do professor de Geografia é organizar o conhecimento de forma que ele seja compreendido e aplicado de modo prático e transformador na vida dos alunos.

Considerando que a Geografia tem um papel importante no processo de transformação do cidadão, ao professor pensar no espaço em que a escola esteja inserida, em todos os seus aspectos, sociais, culturais e toda a sua diversidade de pensamento estruturado por questões de histórico de vida de cada sujeito. Como mostra Costella e Shaffer (2012, p. 37), torna-se mais que necessário que haja uma reflexão por parte do professor, tendo em vista que esse também é um grande desafio a ser enfrentado, porém, o seu olhar para esse ambiente escolar, em que a informação tem uma diferenciação de conhecimento tornando-se possível compreender que o ambiente escolar, sala de aula e sujeito em transformação tenham a possibilidade de materializar o conhecimento em possibilidades fortalecimento de identidades diante das inúmeras interdisciplinaridades que possam perpassar através das vivências sociais existentes, isso se faz pensar tanto no âmbito das vivências do docente, quanto também do discente.

A tese propõe compreender como a prática de professores negros de Geografia pode ser enriquecida por abordagens interdisciplinares que integrem suas experiências e identidades ao conteúdo ensinado. Defende-se uma formação contínua que inclua debates sobre racismo e história afro-brasileira e indígena, articulados às temáticas geográficas, visando tornar o ensino mais conectado à realidade dos alunos. Também se busca um espaço escolar mais democrático, onde esses docentes possam compartilhar vivências e desafiar estruturas que invisibilizam suas realidades. Conforme Costella e Shaffer (2012), uma educação inclusiva e intercultural é essencial para que os alunos se reconheçam na história e no conhecimento. A pesquisa pretende, assim, construir uma pedagogia geográfica integrada a outras áreas, capaz de celebrar a diversidade e aproximar o aprendizado das dimensões sociais e históricas da comunidade escolar. Nessa perspectiva, o ensino e a avaliação devem ocorrer de forma colaborativa, valorizando as vivências dos sujeitos e promovendo uma formação crítica e comprometida com a transformação social.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo investiga como professores de Geografia da rede pública abordam questões étnico-raciais em suas práticas pedagógicas. Utilizando a metodologia da História de Vida, entrevistas online com docentes negros(as) possibilitam a construção de narrativas sobre suas experiências e desafios. Serão ouvidos 40% dos(as) professores(as) negros(as) do município, com foco na escuta ética e respeitosa. As narrativas serão analisadas à luz dos PCNs e da BNCC, buscando identificar avanços e lacunas. A pesquisa visa fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e críticas no ensino de Geografia.

Após as entrevistas, as falas dos participantes serão transcritas e enviadas para revisão, permitindo correções, cortes ou acréscimos. Apenas após essa validação as narrativas serão utilizadas na análise da pesquisa. A metodologia adotada segue a perspectiva da Compreensão Cênica, que permite uma leitura sensível e aprofundada das experiências docentes, considerando elementos explícitos e implícitos nas falas. Baseada em Abrahão (2014), essa abordagem amplia o olhar para os contextos de tempo e espaço nos relatos biográficos. Nesse sentido, memórias antes esquecidas ou reprimidas passam a ser resgatadas e integradas ao processo narrativo. A metodologia reconhece a complexidade e subjetividade das histórias de vida. Segundo Marinas (2007) Compreensão Cênica se estrutura em três cenas: o passado vivido, o presente do encontro com o pesquisador e a escuta atenta que permite captar aspectos sutis ou esquecidos da trajetória do sujeito. Essa escuta qualificada possibilita a reconstrução de sentidos e a valorização das experiências docentes no ensino de Geografia.

Após a produção das narrativas de vida dos sujeitos, faz-se necessária a compreensão dessas narrativas. Para isso, é preciso distribuir as cenas em categorias, sendo que cada uma delas terá um eixo central, com o propósito de organizar as falas dos sujeitos com base nos eixos destacados. A pesquisa também se debruça sobre o contexto das escolas públicas, com o objetivo de compreender como essas leis têm sido implementadas na prática escolar. Nesse percurso, pretende-se ainda contribuir com a produção de um material de apoio voltado para professores(as) em formação e em exercício, que possa fortalecer o ensino de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais, dialogando com os Estudos Amazônicos e reforçando a importância da presença dessas temáticas no currículo, conforme orienta a legislação vigente.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa enfatiza a importância de uma educação comprometida com a diversidade étnico-racial, centrada nas histórias de vida de professores(as) negros(as), especialmente no ensino de Geografia. O reconhecimento dessas trajetórias, aliado ao uso de materiais didáticos apropriados, fortalece práticas pedagógicas inclusivas. As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são fundamentais na construção de um currículo plural, mas sua efetivação ainda enfrenta desafios como a formação docente e falta de apoio institucional. A pesquisa utiliza narrativas (auto)biográficas para entender melhor a prática docente, articulando experiências pessoais e políticas educacionais. Essas narrativas revelam o papel de professores(as) negros(as) de Geografia na promoção de um ensino crítico e na valorização da identidade negra. A inclusão de materiais didáticos sobre diversidade contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico. A Geografia é uma ferramenta poderosa para desconstruir estereótipos e fortalecer uma educação antirracista. Os resultados podem subsidiar políticas de formação docente mais sensíveis às questões étnico-raciais e fortalecer a aplicação das leis. A valorização das histórias de vida dos educadores amplia os horizontes metodológicos das pesquisas em educação. O estudo também abre espaço para investigações futuras sobre a formação de professores negros e suas contribuições para uma educação mais representativa.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Fontes orais, escritas e (áudio)visuais em pesquisa (auto)biográfica: palavra dada, escuta atenta, Compreensão Cênica. O studium e o punctum possíveis. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ARAÚJO, Mairce da Silva (Orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica: fontes e questões**. CRV, Curitiba, 2014, p. 57-77.

ALMEIDA, Aline Souza de. **A questão étnico racial e ensino de geografia: análise de livro didático e formação dos professores**. Campina Grande, 2017.

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Cartografia para crianças e escolares: uma área de conhecimento?. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 10-20, jan./jun., 2017.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). **Superando o Racismo na escola**. Brasília, p. 117 – 124, 2ª Ed. MEC, 2005.



BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.** Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF, 1998.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com a história de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

CALLAI, Helena Copetti Callai. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: Antonio Carlos Castrogiovanni (Org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualização no cotidiano**. 10 ed., p. 71-114, Porto Alegre: Mediação, 2012.

CALLAI, Helena Copetti. Na Geografia, a paisagem, o estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem. **Ciência Geográfica- Bauru - XXIV - Vol. XXIV - Janeiro/Dezembro - 2020**.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. FFLCH, São Paulo, 2007.

CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. A alfabetização em geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 10, n. 37, jul./set. 2000, p. 29-46.

COSTELLA, Roselane Zordan; SCHAFFER, Neiva Otero; **A Geografia em projetos curriculares: ler o lugar e compreender o mundo**. Edelbra, Erechim, 2012.

DALBEM, Rafaela. Pacheco. A Lei 10.639/2003 e o ensino de Geografia: Possibilidades de pesquisa e(m) ensino através da Literatura Africana. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.149-155, 2018.

DEZIDÉRIO, Gabriela da Silva. **A construção de uma categoria arte afro-brasileira: um estudo da trajetória artística de mestre Didi**. 2015. Pós-graduação - Dissertação – Universidade Fluminense, RJ, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Formação de Professores. Raça/Etnia: Reflexão e sugestões de materiais de ensino de ensino em português e inglês**. Cascavel - PR: Coluna do Saber, 2006.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista; BRITO, José Eustáquio. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na Educação**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, 2021.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Consentino. **Resistência Democrática: A questão racial e a Constituição Federal de 1988**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 145, p. 928-945, out.-dez., 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de Cor e racismo no Brasil**. **Revista Antropologia**, São Paulo, USP, V. 47 Nº 1, 2004.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Geo-Grafias Negras & Geografias Negras**. **Revista da ABPN**. v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”. p. 292-311, abril de 2020.



MARINAS, José Miguel. **La escucha en la historia oral. Palabra dada.** Madrid: Síntesis, 2007.

MARTINS JUNIOR, Luiz Martins; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski. **Construção do conceito de lugar em interface com uma Geografia Escolar inclusiva.** In: Jussara Fraga Portugal., (org.). **EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: Temas contemporâneos.** Salvador, BA: EDUFBA, 2017.

MOREIRA, Érika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **O lugar como uma construção Social.** Revista Formação, Presidente Prudent, v.2, n. 14, p. 48-60, out./dez. 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Apresentação.** In: Kabengele Munanga (org.) **Superando o racismo na e escola.** Brasília: MEC, p. 15 -20, 2005.

MILAN, Joenir Antônio; SOERENSEN, Claudiana. **A dança negra / afro-brasileira como fato educacional. África e Africanidades,** Cascável-PR, n. 12, fev. 2011.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombolismo:** documento de uma militância panafricanista. 3ª ed. rev. SP. Editora Perspectiva; Rio de Janeiro, Ipeafro, 2019.

SANTOS, Renato Emerson. **O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639.** In: Renato Emerson dos Santos (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil.** Autêntica, p. 115-142. Belo Horizonte, 2013.

SANTOS, Renato Emerson; CORREA, Gabriel Siqueira. **A Geografia negra das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil.** In: SANTOS, Renato. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil.** Autêntica, p. 115-142, Belo Horizonte, 2013.

SANTOS. Renato Emerson dos Santos. **Ações afirmativas no combate ao racismo: Uma análise da recente experiência brasileira promoção de políticas públicas.** vol. 11, nº. 03, pp. 2101-2128, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático.** In: MUNANGA, Kabengele. (Org). **superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, 2005.

SILVA, Clarice Israle Rocha e; SOUZA, Hérica Teixeira de; LOURES, Lara Pereira; ANDRADE, Leonardo Biage de; SANTOS, Gisele Barbosa dos. **O ensino de Geografia e as relações étnico-raciais na escola.** **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 21, 9 de junho de 2020.

SOUZA, Lorena Francisco de. **As relações étnico-raciais na Geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos.** **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários.** Nurba – Vol. 2 N. 2, dez. 2016, p. 04-19.

QUIJANO, Aníbal. **O que é essa tal de raça?.** In: SANTOS, Renato. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil.** **Autêntica**, Belo Horizonte, 2013, p.43-51.